

São Paulo, 23 de agosto de 2022

ESPORTE CLUBE PINHEIROS

A/C Dr. Eric Caproni

São Paulo - SP

**Status sobre processos judiciais de isenção de IPTU e
não incidência de ISS**

Prezados,

Em atenção às decisões judiciais proferidas nos últimos meses a respeito da incidência de IPTU sobre o imóvel do clube (proc. no. 1021706-28.2021.8.26.0053) e o ISS sobre algumas atividades acessórias (proc. no. 1051904-48.2021.8.26.0053), vimos esclarecer os seus efeitos para fatos geradores futuros.

No tocante ao IPTU a decisão que determinou a aplicação da isenção para os anos de 2017 a 2021 transitou em julgado e não cabe mais ser reformada. O art. 18-A da Lei 6.989/66 determina que uma vez reconhecida a isenção, esta deve ser aplicada para os exercícios seguintes de forma automática. Assim, a Prefeitura deverá aplicar a isenção total para o exercício de 2023.

Em relação ao ISS sobre atividades acessórias, a decisão do TJSP ainda não transitou em julgado de modo que deve-se aguardar a finalização do processo para avaliar eventual contingenciamento. Os recursos cabíveis no momento não possuem efeito suspensivo e, provavelmente, não serão recebidos pelos tribunais superiores. Assim, a probabilidade de alteração da decisão é remota.

Caso se confirme a decisão com o trânsito em julgado, o teor do acórdão reconhece a não incidência do ISS sobre as atividades acessórias que foram objeto da autuação. Assim, essa decisão se aplicaria para situações futuras em que as atividades acessórias seriam desenvolvidas. Tais eventos não seriam tributáveis pelo ISS.

Diante disso, a probabilidade de ocorrer cobrança pela Prefeitura de IPTU e ISS sobre fatos geradores acima relatados é remota. Mas ainda que ocorra, a probabilidade de Êxito no cancelamento dessas cobranças é bastante alta.

Atenciosamente,

ESCUDERO E ZIEBARTH ADVOGADOS
Fernando Escudero